

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA

PAULA RAFAELA ALMEIDA DE CARVALHO
STEFANY LETÍCIA SANTANA JERÔNIMO
VANESSA DA CONCEIÇÃO EVANGELISTA

**A IMPORTÂNCIA DOS MEDICAMENTOS
FITOTERÁPICOS E AS CONSEQUÊNCIAS CAUSADAS
PELO USO IRRACIONAL**

RECIFE

2023

**PAULA RAFAELA ALMEIDA DE CARVALHO
STEFANY LETÍCIA SANTANA JERÔNIMO
VANESSA DA CONCEIÇÃO EVANGELISTA**

**A IMPORTÂNCIA DOS MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS
E AS CONSEQUÊNCIAS CAUSADAS PELO USO
IRRACIONAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Disciplina TCC II do Curso de Bacharelado em Farmácia do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, como parte dos requisitos para conclusão do curso.

Orientador(a): Prof. Dr. Caio Cesar da Silva Guedes

RECIFE
2023

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

C331i Carvalho, Paula Rafaela Almeida de.
A importância dos medicamentos fitoterápicos e as consequências
causadas pelo uso irracional/ Paula Rafaela Almeida de Carvalho; Stefany
Letícia Santana Jerônimo; Vanessa da Conceição Evangelista. - Recife: O
Autor, 2023.
29 p.

Orientador(a): Dr. Caio Cesar da Silva Guedes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Farmácia, 2023.

Inclui Referências.

1. Medicamentos. 2. Fitoterápicos. 3. Uso Irracional. I. Jerônimo,
Stefany Letícia Santana. II. Evangelista, Vanessa da Conceição. III.
Centro Universitário Brasileiro. - UNIBRA. IV. Título.

CDU: 615

*Dedicamos esse trabalho aos nossos pais por
todo incentivo e ajuda para que esse sonho se
tornasse possível.*

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por ser essencial em nossas vidas e por ter proporcionado forças, saúde e determinação para ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo desse curso.

Aos nossos familiares que foram a nossa base para a concretização desse sonho, por incentivar, investir e acreditar em nós. As palavras não seriam suficientes para descrever o amor e gratidão a vocês por vibrarem a cada conquista nossa.

Ao nosso orientador, somos gratas pela dedicação, tempo e paciência, que nos deu o auxílio necessário para a finalização desse projeto.

Agradecemos a nossa amizade e parceria durante esses 5 anos, pois reconhecemos que a caminhada se torna mais leve quando temos amigos de verdade ao nosso lado. Nossa união foi essencial para chegarmos até aqui.

*“ Nunca deixe que lhe digam:
Que não vale a pena acreditar no sonho que se tem
Ou que seus planos nunca vão dar certo
Ou que você nunca vai ser alguém...
Quem acredita sempre alcança.”*

- Renato Russo

RESUMO

Enquanto alguns medicamentos fitoterápicos oferecem promissores benefícios e são amplamente utilizados, muitos permanecem não testados e seu uso não monitorado, o que restringe significativamente o conhecimento sobre seus potenciais efeitos adversos e dificulta a identificação das terapias mais seguras e eficazes, bem como a promoção do seu uso responsável. Com isso, o objetivo deste trabalho foi destacar a importância dos medicamentos fitoterápicos e as consequências causadas pelo uso irracional. Os métodos utilizados foram realizados através de uma revisão sistemática da literatura, o qual foram incluídos artigos científicos em língua portuguesa sobre o tema, disponíveis em sites e revistas por meio das bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online, Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, entre os anos de 2018 a 2022. Conforme foi verificado nos artigos, é fundamental evitar o uso indevido dos medicamentos fitoterápicos, visto que, quando administrados corretamente, podem trazer vantagens terapêuticas e, conseqüentemente, levar a tratamentos eficazes. Por outro lado, quando utilizados inadequadamente, podem representar um risco, causando danos tóxicos aos indivíduos. Em vista disso, conclui-se que é necessário e responsabilidade do farmacêutico oferecer orientação para uma utilização responsável de medicamentos, prestando cuidados especializados para a população, com o intuito de promover a saúde por meio de ações conscientizadoras, evitando resultados adversos negativos e proporcionando um tratamento adequado e qualidade de vida ao paciente.

Palavras-chave: Medicamentos. Fitoterápicos. Uso Irracional.

ABSTRACT

While some herbal medicines offer promising benefits and are widely used, many remain untested and their use unmonitored, which significantly restricts knowledge about their potential adverse effects and makes it difficult to identify the safest and most effective therapies and promote their effectiveness. responsible use. Therefore, the objective of this work was to highlight the importance of herbal medicines and the consequences caused by irrational use. The methods used were carried out through a systematic review of the literature, which included scientific articles in Portuguese on the topic, available on websites and magazines through electronic databases: Scientific Electronic Library Online, Literatura Latino-Americana em Ciências of Health and Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, between the years 2018 and 2022. As verified in the articles, it is essential to avoid the misuse of herbal medicines, since, when administered correctly, they can bring therapeutic advantages and, consequently, lead to effective treatments. On the other hand, when used inappropriately, they can pose a risk, causing toxic damage to individuals. In view of this, it is concluded that it is necessary and the responsibility of the pharmacist to offer guidance for the responsible use of medicines, providing specialized care for the population, with the aim of promoting health through awareness-raising actions, avoiding negative adverse results and providing a adequate treatment and quality of life for the patient.

Keywords: Medicines. Phytotherapeutics. Irrational Use.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Linha do tempo: histórico da fitoterapia.....	12
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Artigos escolhidos para os resultados e discussões.....	23
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

A.C	Antes de Cristo
AF	Atenção Farmacêutica
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BVS	Biblioteca Virtual da Saúde
CFE	Conselho Federal de Farmácia
CRF	Conselho Regional de Farmácia
DECS	Descritores em Ciência da Saúde
LILACS	Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde
MEDLINE	Medical Literature Analysis and Retrieval System Online.
MIP	Medicamentos Isentos de Prescrição
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNPIC	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
PNPMF	Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
PRM	Problemas Relacionados aos Medicamentos
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
RENAME	Relação Nacional de Medicamentos Essenciais
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SUS	Sistema Único de Saúde
URM	Uso Racional de Medicamentos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OBJETIVOS.....	11
2.2 Objetivo geral.....	11
2.3 Objetivos específicos.....	11
3. REFERÊNCIAL TEÓRICO	12
3.1 Contexto Histórico da Fitoterapia	12
3.2 Regulamentação dos Fitoterápicos.....	14
3.3 Medicamentos Fitoterápicos	15
3.4 Benefícios x Riscos dos Fitoterápicos.....	17
3.5 Automedicação.....	17
3.6 Farmacovigilância.....	19
3.7 Atuação do farmacêutico para a diminuição da ocorrência de complicações devido ao uso inadequado dos medicamentos fitoterápicos.....	20
4. DELINEAMENTO METODOLÓGICO	22
5. RESULTADO E DISCUSSÃO	23
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
7. REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as plantas medicinais vem sendo utilizadas como uma maneira para tratar doenças. Conforme a evolução, os seres humanos foram aprendendo a identificar quais plantas poderiam aliviar suas aflições e enfermidades. De forma geral, as plantas foram os primeiros "remédios" disponíveis para o tratamento, fazendo com que o indivíduo desenvolvesse um maior interesse em compreender o processo de cura ocorrido ao utilizar tais plantas (ALENCAR; MEDEIROS & BRITTO, 2020). Isso foi possível por meio da observação das reações daqueles que se submetiam a esses tratamentos. Com o passar dos anos, o conhecimento adquirido sobre essas plantas foi sendo transmitido de uma geração para outra, com cada país, estado ou região desenvolvendo sua própria abordagem única para essa prática popular de medicina, transformando-a em um meio acessível de cuidar da saúde (BADKE et al., 2021).

De acordo com a Portaria nº 971 de maio de 2006, a fitoterapia é a terapêutica caracterizada pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal. No entanto, a definição de medicamento fitoterápico será diferente, pois são os obtidos com emprego de matérias-primas ativas vegetais com conhecido efeito farmacológico, segurança e eficácia baseadas em evidências clínicas, contudo são produtos industrializados passíveis de registro (CRF-SP, 2019).

Segundo Alencar, Medeiros & Britto (2020), a sociedade tem uma percepção enganosa de que os produtos de origem natural são seguros e não têm efeitos colaterais. É importante destacar que os fitoterápicos têm um valor terapêutico extremamente significativo e seu uso correto pode ser uma alternativa viável aos medicamentos convencionais. Contudo, é comum que os consumidores desses produtos desconheçam os riscos para sua saúde, uma vez que estão entre os principais agentes tóxicos responsáveis pelos casos de intoxicação humana no país. Isso ocorre devido ao mito de que, por serem naturais, não causarão nenhum mal. Estudos demonstram, que essa afirmação é errônea e que, ao contrário do que se acredita popularmente, esses medicamentos podem causar várias reações adversas e, em muitos casos, até levar à morte.

Conforme mencionado por Schoaba (2018), à medida que o uso global de produtos fitoterápicos continua a aumentar e mais produtos novos são lançados no mercado, o interesse pela saúde pública e preocupações acerca da sua segurança também estão sendo cada vez mais reconhecidos. Enquanto alguns medicamentos fitoterápicos oferecem promissores benefícios e

são amplamente utilizados, muitos permanecem não testados e seu uso não é monitorado, o que restringe significativamente o conhecimento sobre seus potenciais efeitos adversos e dificulta a identificação das terapias mais seguras e eficazes, bem como a promoção do seu uso responsável.

Tendo em vista que a prática da automedicação tem se tornado mais frequente a cada dia, esse trabalho tem por objetivo fazer uma revisão da literatura sobre a importância dos medicamentos fitoterápicos e as consequências causadas pelo uso irracional, analisando os possíveis riscos que ocorrem durante ou após o uso irracional. Bem como, enfatizar o histórico, regulamentação, o uso dos medicamentos fitoterápicos, a farmacovigilância e o papel do profissional farmacêutico, para a diminuição da ocorrência de complicações, devido ao uso inadequado desses medicamentos.

2 OBJETIVOS

2.2 Objetivo geral

Destacar a importância dos medicamentos fitoterápicos e as consequências causadas pelo uso irracional.

2.3 Objetivos específicos

- Apresentar a importância do uso de medicamentos fitoterápicos e seus benefícios;
- Relatar os possíveis riscos obtidos pelo uso irracional dos medicamentos fitoterápicos.
- Ressaltar a importância da atuação do farmacêutico para a diminuição da ocorrência de complicações devido ao uso inadequado de medicamentos fitoterápicos.

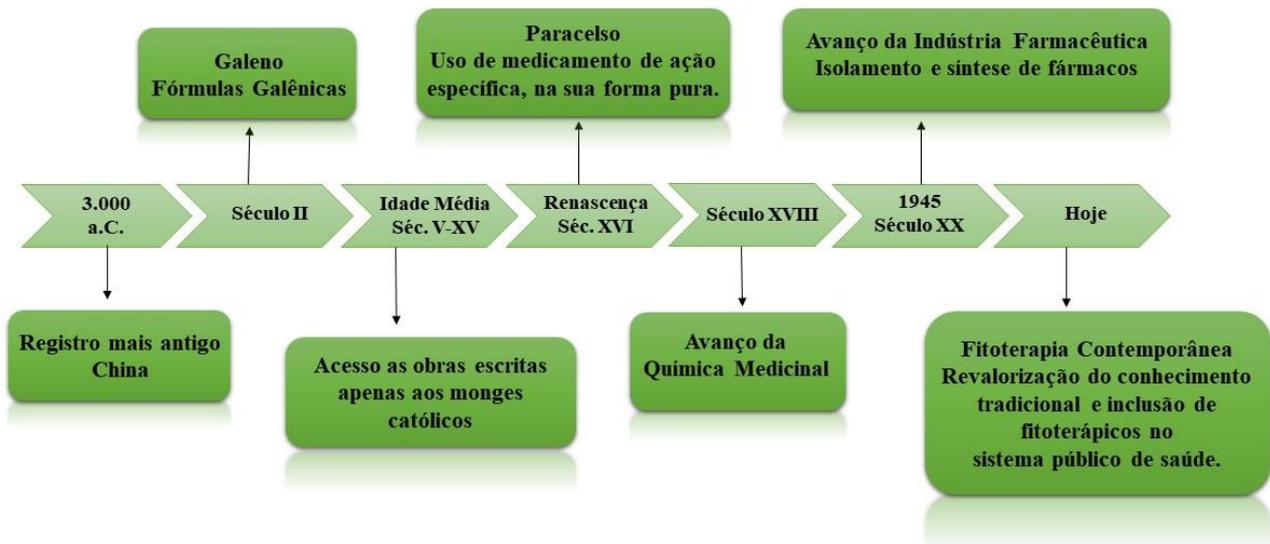
3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

3.1 Contexto Histórico da Fitoterapia

O uso de plantas para fins terapêuticos chama-se fitoterapia. Essa terminologia tem origem grega, onde “*phyton*” significa vegetal e “*therapeia*” tratamento. Ao traduzir para o português, obteve-se o termo “fitoterapia” que designa tratamento realizado através das plantas, seja elas em sua forma natural ou através de suas várias preparações dos derivados vegetais, sem o processo de isolamento de seus constituintes ativos, em que são aplicadas com finalidades medicinais (SOARES et al., 2021).

De acordo com Donadel et al. (2022), há milhares de anos as plantas medicinais constituem uma alternativa terapêutica relatada em sistemas médicos em todo o mundo, principalmente, nos países do Oriente Médio e na Ásia. O registro mais antigo, data de 3.000 A.C. na China, com espécies sendo utilizadas no tratamento de vários distúrbios de saúde, na prevenção de epidemias, no controle microbiano e antifúngico (Figura 1).

Figura 1 – Linha do tempo: histórico da fitoterapia.



Fonte: Adaptado de Scaravelli (2018).

Durante o século II, Galeno, uma das figuras mais impactantes na história da medicina, elaborou combinações complexas de ervas, conhecidas como fórmulas galênicas, que eram empregadas para tratar uma variedade de sintomas e doenças. Além disso, ele foi o pioneiro na criação de métodos para produzir medicamentos, como pós e extratos (CRF-SP, 2019).

O acesso às obras escritas na Idade Média, do século V ao XV se restringiam apenas aos monges católicos, os quais detinham o conhecimento da medicina e das plantas medicinais. No período da Renascença, no século XVI, o médico Paracelso propôs o uso de medicamentos de ação específica, principalmente minerais e metais, preferencialmente na sua forma pura. No século XVIII, com o avanço da química medicinal, diversas substâncias foram separadas de fontes vegetais, como, por exemplo, a morfina extraída do ópio da papoula (*Papaver somniferum*), contribuindo para uma nova perspectiva, agora científica, sobre as plantas medicinais (COSTA, 2017).

Até o início do século XX, as plantas medicinais criavam no mundo os essenciais recursos nas práticas de cuidados à saúde. Essa situação teve sua mudança após a Segunda Guerra Mundial, acerca de 1945, com avanço científico e tecnológico da indústria farmacêutica, baseado no isolamento e na síntese de fármacos e no estabelecimento da medicina alopática. Na medicina alopática, as plantas medicinais foram vistas somente como matéria-prima para recentes fármacos e boa parte das informações tradicionais sobre sua utilização acabou sendo rejeitada e desvalorizada (SCARAVELLI, 2018).

Apesar de ter sofrido uma desvalorização, o conhecimento ao longo do tempo constitui até hoje, por meio da abordagem etnofarmacológica, que é a ciência que estuda o conhecimento popular relacionado aos sistemas tradicionais de medicina, apresenta uma grande importância para a investigação das plantas medicinais. Desse modo, a fitoterapia contemporânea está inserida em um cenário de resgate e revalorização do conhecimento tradicional sobre o uso medicinal das plantas que por meio de estudos clínicos e farmacológicos, podem levar à descoberta de novos fármacos e ao desenvolvimento de fitoterápicos (ANDRADE et al., 2018).

Dessa forma, no Brasil, onde 82% da população utilizam plantas medicinais e fitoterápicos para cuidar da saúde, o uso tem grande influência advinda da cultura africana e portuguesa, que associou-se aos conhecimentos indígenas, onde as experiências e costumes desses povos foram sendo agregados tornando-se uma integração de sabedorias, práticas e culturas fundamentais para a formação de todo o conhecimento popular que existe no Brasil. Através dessa prática, foram adotadas diferentes políticas públicas e regulamentos nas últimas décadas, com o objetivo de reconhecer a importância das plantas medicinais e dos conhecimentos tradicionais associados, incluindo fitoterápicos no sistema público de saúde e

desenvolvendo a indústria de produção de fitoterápicos (COSTA; ALVES & NARCISO, 2022).

3.2 Regulamentação dos Fitoterápicos

De acordo com Lima (2019), apesar de serem denominados "naturais", medicamentos e produtos fitoterápicos podem desencadear reações indesejadas, além de diversas interações com alimentos, bebidas e outros medicamentos. Sendo assim, ressalta a importância da regulamentação desses produtos, designada pela resolução RDC 48/2004 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), responsável pelo registro e regulamentação dos medicamentos fitoterápicos que exige que os "fitoterápicos não tradicionais", obtenha o atestado de seguridade e de efetividade, assim como regras de produção e controle de qualidade.

Tendo em vista à reprodutibilidade e a continuidade dos princípios ativos e/ou dos marcadores específicos da espécie vegetal, sendo esta, preparada de acordo com as normas da OMS, Resolução N° 90 de 16 de março de 2004 da ANVISA, que recomenda os estudos de toxicidade aguda e de doses duplicadas. Embora a Resolução Brasileira RDC N° 89 de 16 de março de 2004, da ANVISA, procura determinar o ajustamento de marcadores químicos para diversas plantas e seus limites cotidiano de dosagem, essenciais para assegurar o uso e garantir a eficácia fitoterápica (BRASIL, 2004).

Criada em 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (PNPIC) , teve como objetivo principal ampliar o acesso aos usuários do SUS a plantas medicinais e fitoterápicos, levando em consideração a grande demanda comercial por esse tipo de alternativa medicinal foi sancionada a PNPMF (Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos) pelo decreto 5.813, com o propósito de garantir o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos à população brasileira (PINHEIRO, 2021).

A política busca promover o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional, e expandir as opções terapêuticas aos usuários, garantindo o acesso a 15 fitoterápicos, plantas medicinais e serviços relacionados à fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade. Tudo isso está alinhado com a perspectiva de atenção integral à saúde, levando em consideração também o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais. Em 2009, 71 plantas medicinais foram adicionadas pelo Ministério da Saúde à lista de espécies que podem ser utilizadas como medicamentos fitoterápicos pelo SUS (SILVA, 2019).

De acordo com a Resolução Brasileira RDC N° 26 de 13 de maio de 2014, ressalta que

a lista de medicamentos fitoterápicos e produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado considera que os produtos nela listados não precisam passar por validação terapêutica e comprovação de segurança de uso. As atualizações dessa lista são disponibilizadas periodicamente no site da ANVISA e incluem 27 medicamentos fitoterápicos e 16 produtos tradicionais fitoterápicos. Atualmente, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) inclui 12 medicamentos fitoterápicos. A comissão responsável pela RENAME avalia o desenvolvimento de novos produtos de acordo com a necessidade do SUS, que prioriza tratamentos efetivos com menor custo, de acordo com as necessidades coletivas da população (CRF-SP, 2019).

Segundo Monte e Gomides (2021), a segurança e eficácia dos fitoterápicos pode ser afetada por diversos fatores, sejam eles físicos, químicos ou biológicos. Portanto, a crescente demanda aliada à falta de controle na produção pode resultar em medicamentos com condições inadequados para uso, comprometendo a garantia de qualidade, segurança e eficiência, que são essenciais para a recuperação e manutenção da saúde do usuário.

Com o intuito de assegurar a qualidade dos produtos e promover uma utilização adequada dos medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais, foram estabelecidas diretrizes legais para regulamentar essa questão. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 658/2022, da ANVISA, aborda as Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos e tem o objetivo de registrar os procedimentos de manipulação, armazenamento, transporte e comercialização, com o intuito de garantir a segurança e qualidade para os consumidores (BRASIL, 2022).

Considerando a ampla divulgação midiática relacionada a esses medicamentos, na qual estabelece-se uma conexão entre produtos naturais e segurança garantida, foram elaboradas leis para regular a inclusão de uma tarja vermelha na embalagem de certos produtos fitoterápicos, acompanhada da expressão "venda sob prescrição médica". Isso demonstra a preocupação com relação ao consumo desses produtos sem a prescrição adequada por profissionais qualificados (FRANÇA & VASCONCELLOS, 2018).

3.3 Medicamentos Fitoterápicos

Com o passar dos séculos a sociedade teve crescentes avanços quando se fala de meios para sobrevivência. Com relação à utilização de mecanismos e vertentes terapêuticas, que ajudam no processo de cura. No momento, independente de produtos medicamentosos altamente tecnológicos, tem surgido grande interesse por terapias naturais, ganhando grande espaço no mercado da saúde (BONFANTE et al., 2021).

A utilização de plantas tanto para o consumo quanto para o alívio de dores e, até mesmo, a cura de algumas doenças, é dominada e passada por vários povos, de geração em geração, mesmo sem deter o conhecimento biológico, químico ou farmacológico dessas plantas, ou seja, são doenças tratadas sem consulta ou prescrição médica de um profissional apto, onde tem a ação terapêutica de uma planta em diversas enfermidades (CASTRO & FIGUEIREDO, 2019).

Segundo Ribeiro (2021), no Brasil esses medicamentos têm uma grande utilidade nos programas de atenção básica à saúde, aliadas às diretrizes e princípios do SUS, principalmente por serem uma terapia de baixo custo e eficaz. Por outro lado, tem uma forte influência cultural, ligada ao uso de plantas, devido à nossa matriz indígena. Porém, estudos da comunidade científica competente revelam que a utilização de alguns medicamentos convencionais associados a algumas plantas medicinais, ou seja, fitoterápicos, podem causar interações medicamentosas, sendo essa prática bem comum, mas nem sempre causa o benefício desejado, tendo em vista possíveis intercorrências químicas entre elas. Essas interações medicamentosas podem ocorrer por mudanças de concentrações plasmáticas entre medicamentos e fitoterápicos, tendo como consequência mudanças em seus perfis de eficácia trazendo risco quanto à segurança do paciente.

Os farmacêuticos têm um alcance significativo junto ao público e, para que ocorra a utilização adequada de medicamentos fitoterápicos, mesmo que no contexto da automedicação, é necessário que esses profissionais transmitam informações como dados sobre segurança e eficácia, assim como instruções de uso. Por isso, é de extrema importância que esses especialistas em saúde tenham domínio e conheçam os principais medicamentos fitoterápicos que são utilizados pela população brasileira, com o objetivo de garantir aos usuários qualidade em seu tratamento (MORAES et al., 2019).

O uso de medicamentos fitoterápicos é uma prática aprovada pela ANVISA. Esses medicamentos são oriundos de vegetais ou plantas e passam por estudos, testes e controle de qualidade, assim como os medicamentos convencionais. Sua aceitação e importância estão crescendo cada vez mais no mercado, destacando-se por serem menos prejudiciais à saúde e terem efeitos colaterais reduzidos. Principalmente pela oportunidade de criar uma fórmula com ativos, dosagem e posologia de acordo com a condição de cada pessoa. É importante ressaltar, que a Farmacopeia Brasileira tem a responsabilidade de lidar com todas as informações científicas relacionadas à segurança, controle de qualidade e eficácia de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil (COSTA, 2019).

3.4 Benefícios x Riscos dos fitoterápicos

Os tratamentos fitoterápicos são recomendados para vários problemas de saúde, desde os leves e moderados, até alguns casos crônicos. Os produtos são provenientes de plantas medicinais, processadas para obter extratos ou substâncias, as quais devem ser prescritas de forma segura e orientada (PEDROSO; ANDRADE & PIRES, 2021).

Os fitoquímicos presentes em sua composição são capazes de apresentar ação sinérgica, refletindo numa série de benefícios para saúde. Um exemplo são os efeitos do chá verde e do chá preto como antioxidantes, e conseqüente ação preventiva de doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer. Outros benefícios apresentados pelos fitoterápicos são menos efeitos colaterais e tratamento individualizado, visando uma melhor farmacoterapia para o paciente (SOARES et al., 2021). Entretanto usados de forma indiscriminada podem fazer mal ao organismo, podendo ser responsáveis por efeitos antagônicos, quando associadas a outros medicamentos. Com isso, as interações medicamentosas, em conjunto com as intoxicações, constituem importantes conseqüências do uso irracional destes medicamentos resultando em efeitos adversos, visto que, muitos ainda são desconhecidos (REIHANI et al., 2021).

A ideia de inocuidade dos medicamentos fitoterápicos se faz presente em muitos usuários, os quais pensam que “medicamento natural se não fazer bem, mal não faz”, porém, a planta medicinal é um xenobiótico, ou seja, um produto estranho no organismo que possui finalidade terapêutica e ao ser introduzido no corpo humano sofre biotransformação (GHILARDI, 2020). Logo, podem gerar produtos tóxicos, que causam não somente efeitos imediatos e facilmente correlacionados com a sua ingestão, como náuseas, tontura, confusão mental, agitação psicomotora, perda de cabelo, entre outros, mas também, os efeitos que se instalam ao longo prazo e de forma assintomática, como os carcinogênicos, hepatotóxicos e nefrotóxicos (MOHIUDDIN, 2019).

Segundo Costa et al. (2022) a segurança da maioria dos produtos fitoterápicos é ainda mais comprometida pela falta de controle de qualidade adequado, desde o cultivo, coleta, processamento e armazenagem das plantas medicinais que exigem um cuidado específico, até o produto final, possuindo rotulagem inadequada e ausência de informações. Conseqüentemente, o fácil acesso a essas plantas, muitas vezes encontradas nos quintais da população pode ser mais um risco, principalmente se não houver o manejo correto. Por isso, se faz essencial, fornecer ao público em geral, incluindo os profissionais de saúde, orientação sobre como utilizar e manipular para facilitar a melhor compreensão, garantindo um uso eficiente e fora de riscos.

3.5 Automedicação

Automedicar-se consiste em tomar medicamentos para aliviar sintomas, sem receber qualquer orientação médica no diagnóstico, na prescrição ou no acompanhamento do tratamento. O consumo incontrolado de plantas ou medicamentos fitoterápicos no contexto da automedicação tem se tornado um costume enraizado na cultura popular, em que seu uso pode ser influenciado por diversos fatores, entre eles se destacam: hábitos culturais, crenças, filosofia de vida, carências socioeconômicas, dificuldade de acesso aos serviços de saúde ou o próprio conceito de segurança dos produtos naturais, o que pode se estender a outros recursos terapêuticos, muitas vezes trazendo prejuízos ao tratamento ou reações indesejadas, que facilita o acesso a essas plantas e incentiva a busca por medicamentos com um preço mais acessível para a população (SOUZA; BARBOZA & CERQUEIRA, 2018).

Conforme mencionado, é compreensível que as pessoas busquem remédios caseiros tradicionais para tratar diferentes doenças. No entanto, é extremamente importante que as autoridades de saúde, com o apoio da mídia e dos profissionais da área, alertem a população sobre os perigos da automedicação com plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos. Ao mesmo tempo, é altamente desejável que sejam realizadas pesquisas para explorar o potencial das plantas e seus componentes ativos no tratamento ou prevenção de diversas condições médicas (BRITO et al., 2020).

No entanto, a prática da automedicação sem orientação e conhecimento é um problema bastante comum que abrange diversos fatores como por exemplo: o uso de medicamento inadequado, a administração incorreta, a dosagem inadequada e seu uso por longo prazo podem vir a ocasionar sérios danos à saúde tais como reações alérgicas, intoxicações, entre outros (MATOS, et al., 2018). Para evitar, a prevenção pode ser alcançada através de um trabalho constante dos profissionais por meio de atividades de educação em saúde junto com a população. (PEDROSO; ANDRADE & PIRES, 2021).

De acordo com Freitas et al. (2019), a grande maioria dos medicamentos fitoterápicos são vendidos sem necessidade de receita, o que significa que podem ser adquiridos diretamente. Assim como os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP'S), os fitoterápicos são expostos nos balcões de farmácias e drogarias, ao alcance do consumidor, o que pode levar à automedicação. Por isso, o uso indiscriminado e sem acompanhamento de um profissional de saúde pode causar efeitos indesejáveis e tóxicos ao organismo.

3.6 Farmacovigilância

Apesar das leis estarem focadas na segurança e eficiência dos fitoterápicos, é importante acompanhar o uso desses medicamentos por meio da farmacovigilância, a fim de monitorar eventuais efeitos indesejados ou reações adversas não relatados nas fontes consideradas para o seu registro. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a farmacovigilância abrange atividades relacionadas à identificação, avaliação, compreensão e prevenção dos efeitos adversos ou problemas de saúde associados a medicamentos, com o objetivo de identificar prontamente eventos adversos conhecidos ou desconhecidos, bem como monitorar possíveis aumentos na sua incidência. Enquanto a fitovigilância é a farmacovigilância de produtos que contenham matéria-prima de origem vegetal (BRASIL, 2021).

Um sistema de farmacovigilância deve possuir a capacidade de avaliar os benefícios e riscos do produto, garantindo assim que ele mantenha sua qualidade, segurança e eficácia em conformidade com seu uso adequado. Os medicamentos, após serem lançados no mercado, podem causar reações adversas imprevistas (PEDROSO; ANDRADE & PIRES, 2021). No entanto, no caso dos fitoterápicos, muitas vezes não há testes clínicos para avaliar alguns efeitos antes do lançamento. É importante ressaltar, que a aprovação de um medicamento depende de uma variedade de fatores, que vão desde a análise das bulas até o estudo de diferentes perfis de pacientes usuários. Dessa forma, a farmacovigilância além de monitorar os efeitos do medicamento na população, obtém informações que em muitos casos só seriam conhecidas por meio de ensaios clínicos (COSTA, 2021).

Segundo Borges & Sales (2018), a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece os meios de controle e vigilância de fitoterápicos, sugerindo a inclusão de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Internacional de Vigilância Farmacológica, com foco na prevenção de efeitos adversos e interações relevantes. No Brasil, as informações sobre segurança, eficácia e controle de qualidade de plantas medicinais e fitoterápicos são fornecidas pela Farmacopeia Brasileira, que é o código oficial que define os critérios de qualidade dos medicamentos em uso, sejam eles manipulados ou industrializados. Além disso, há o Memento Fitoterápico, um conjunto de monografias que contém informações sobre o uso terapêutico das plantas medicinais, e o Formulário de Fitoterápicos, que inclui informações sobre a forma correta de preparar formulações oficiais, assim como as indicações e restrições de uso de cada espécie de planta medicinal.

Esses documentos foram criados pela ANVISA e oferecem suporte às práticas de manuseio e distribuição de fitoterápicos nos programas de Fitoterapia do SUS. Em relação à

sua utilização, tem ocorrido um aumento proporcional no número de casos de reações adversas a plantas medicinais e fitoterápicos tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Nesse contexto, é essencial ressaltar a relevância do papel da farmacovigilância na monitorização do perfil de segurança dessas substâncias e na promoção do uso adequado, visando a melhoria da qualidade de vida, segurança e saúde dos seus usuários (CAMPOS, 2019).

3.7 Atuação do farmacêutico para a diminuição da ocorrência de complicações devido ao uso inadequado de medicamentos fitoterápicos

Segundo Marques et al. (2019), uma das funções do farmacêutico é atuar na farmácia clínica e atenção farmacêutica (AF). Essa prática fornece assistência e transmite as informações necessárias sobre o uso racional, interações medicamentosas e outros assuntos relacionados ao uso seguro de medicamentos. É importante destacar, que o profissional farmacêutico é a principal fonte de informação para o usuário que se automedica, pois ele esclarecerá sobre as possíveis reações adversas dos fitoterápicos, além de poder prescrevê-los (VARGAS & JÚNIOR, 2019).

Na área da fitoterapia, o farmacêutico só poderá prescrever um medicamento fitoterápico se tiver especialização na área. No entanto, não há nada que o impeça de adquirir conhecimentos sobre fitoterapia para poder fornecer orientações adequadas aos pacientes. Isso porque a Organização Mundial de Saúde destaca que 80% da população mundial depende das práticas tradicionais no que diz respeito sobre atenção primária a saúde (MARQUES, et al., 2019).

A AF é uma prática centrada no cuidado ao paciente, que surgiu em resposta ao contexto de uso irracional de medicamentos, o qual resultou em um aumento da morbimortalidade relacionada a esse uso. Diante desse cenário, o farmacêutico assume a responsabilidade e atende à demanda social de suprir as necessidades farmacoterapêuticas do paciente. Contudo, é fundamental ressaltar sobre as atribuições farmacêuticas regulamentadas nas Resoluções 585, de 29 de agosto de 2013 e a 586 de 29 de agosto de 2013, ambas do CFF (Conselho Federal de Farmácia) (LIMA; SOUZA & OLIVEIRA, 2019).

A RDC 585/2013 trata sobre a regulação das atividades clínicas do farmacêutico, cujo objetivo é fornecer cuidados ao paciente, à família e comunidade, visando promover o uso adequado de medicamentos e otimizar o tratamento medicamentoso, com o objetivo de alcançar resultados definidos que melhorem a qualidade de vida do paciente (BRASIL, 2013).

Enquanto a Resolução 586/2013, dispõe sobre a prescrição farmacêutica, em que é

informado no artigo 5º que o profissional farmacêutico tem permissão para prescrever medicamentos e outros produtos terapêuticos que não exigem receita médica, incluindo medicamentos industrializados e preparações magistrais - alopáticos ou dinamizados -, plantas medicinais, drogas vegetais e outras categorias ou relações de medicamentos que forem aprovadas pelo órgão federal de saúde para prescrição pelo farmacêutico (BRASIL, 2013).

Conforme Souza e Andrade (2021), a assistência farmacêutica se caracteriza pela realização de ações coordenadas e sincronizadas entre as atividades do farmacêutico. Como os medicamentos são considerados a principal ferramenta terapêutica para a recuperação ou manutenção das condições de saúde da população, é necessário incentivar a redução do uso inadequado de medicamentos pela população. Nesse sentido, o farmacêutico deve atuar na promoção da saúde pública. Sua participação em equipes multidisciplinares agrega valor aos serviços e contribui para a promoção da saúde.

Mais de metade dos medicamentos são prescritos, dispensados e vendidos de forma errada, sendo que mais de 50% da população os utiliza de maneira incorreta. Nos países em desenvolvimento, como é no caso do Brasil, existem falhas na regulação do uso adequado de medicamentos devido a fatores como a existência de múltiplas farmácias, o uso indevido, a prescrição sem orientação, a automedicação inadequada e a disponibilidade de vários medicamentos no comércio sem necessidade de receita médica. O uso exagerado e inadequado prejudica tanto a população como os recursos públicos financeiros (RUIZ, 2022).

Em contrapartida a essa situação, os farmacêuticos atuam no uso racional de medicamentos garantindo que o paciente os receba de maneira adequada, verificando a prescrição médica quanto à ocorrência de erros ou interações entre os fármacos utilizados, sob supervisão, na dose correta, duração e intervalos de administração pelo período adequado e a um custo menor. Medicamentos selecionados e utilizados de forma coerente trazem benefícios individuais, institucionais e nacionais (BONFIM, 2020).

4 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A fim de atingir os objetivos da pesquisa foi realizada uma revisão sistemática da literatura que utilizou uma abordagem qualitativa com produções em estudos na temática: A importância dos medicamentos fitoterápicos e as consequências causadas pelo uso irracional. A busca foi realizada através de artigos científicos sobre o tema, disponíveis em sites e revistas por meio das bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Nas buscas, os seguintes descritores em língua portuguesa foram considerados: **1. Medicamentos 2. Fitoterápicos 3. Uso Irracional**. A pesquisa de termos/palavras-chaves será desenvolvida através do DeCS (Descritores em Ciência da Saúde) a partir da base de dados virtual Biblioteca Virtual de Saúde (BVS).

Após análise do material bibliográfico foram selecionados apenas os artigos de maior relevância para o objetivo proposto. O estudo foi conduzido no segundo semestre de 2023. Como critério de inclusão foram utilizados artigos disponíveis na íntegra e de livre acesso publicados entre os anos de 2018 a 2022 em língua portuguesa, abordando a importância do uso de medicamentos fitoterápicos, enfatizando os benefícios e os possíveis riscos associados ao seu uso irracional, bem como a atuação do farmacêutico na orientação, cuidado e redução da ocorrência decorrente ao uso inadequado. Como critério de exclusão: artigos duplicados e os que não estavam em consonância com o tema.

5 RESULTADO E DISCUSSÃO

Segundo os critérios de inclusão e exclusão adotados no delineamento metodológico, foram selecionados 12 artigos que se enquadram melhor na temática abordados. Os artigos selecionados estão listados no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Artigos escolhidos para os resultados e discussões

Título	Autor	Ano de publicação	Objetivo	Resultados Encontrdos
Políticas Públicas de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Brasil: Sua História no Sistema de Saúde.	BORGES & SALES.	2018	Identificar as condições históricas do surgimento e a construção das políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicas no Brasil, assim como descrever as mudanças ocorridas na saúde pública e no Sistema único de Saúde (SUS) após a implementação dessas políticas.	Observou-se que nas últimas décadas, alguns estados e municípios brasileiros vêm realizando a implantação de Programas de Fitoterapia na atenção primária à saúde, com o objetivo de suprir carências medicamentosas de suas comunidades e melhorar a qualidade de vida dos envolvidos.
Interação medicamentosa e efeitos adversos relacionado ao uso de fitoterápicos.	SOUZA; BARBOZA & CERQUEIRA.	2018	Abordar o índice cada vez maior de automedicação; evidenciar as possíveis complicações do uso indiscriminado de medicamentos fitoterápicos; comparar os diferentes resultados terapêuticos ente o uso de fitoterapia em razão da terapêutica medicamentosa.	Nota-se um crescente aumento de reações adversas devido ao uso de fitoterápicos na maioria dos casos, geralmente relacionado à falta de conhecimento da população que acredita que essa é uma terapia isenta de efeitos colaterais, pois, em sua maioria, são compostos naturais. Isso muitas vezes ocasiona uma piora no estado de saúde do paciente, uma vez que, com essa crença, realizam a automedicação utilizando esses medicamentos sem cautela ou orientação.

<p>Saberes tradicionais, biodiversidades, práticas integrativas e complementares: o uso de plantas medicinais no SUS.</p>	<p>CASTRO & FIGUEIREDO.</p>	<p>2019</p>	<p>Apresentar o uso de plantas medicinais no âmbito da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares implementada no Sistema Único de Saúde desde 2006.</p>	<p>Destacou-se que a prática do uso das plantas medicinais são fortemente recomendadas pelos órgãos internacionais e a sua institucionalização através Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos valoriza sobremaneira os saberes tradicionais no cuidado à saúde adquiridos ao longo dos séculos.</p>
<p>Atuação do farmacêutico clínico na diminuição do uso irracional de medicamentos.</p>	<p>LIMA; SOUZA & OLIVEIRA.</p>	<p>2019</p>	<p>Relacionar a atuação do farmacêutico clínico com a diminuição do uso irracional de medicamentos.</p>	<p>Constatou-se que a Assistência Farmacêutica está ligada na qualidade do uso racional de medicamentos, através de ações de conscientização, seja no âmbito doméstico ou profissional, estabelecendo uma relação de confiança com o paciente</p>

Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos.	MARQUES et al.	2019	Analisar a questão da prescrição farmacêutica de fitoterápicos ser mais utilizada pela população, visto que é uma possibilidade acessível e que, aparentemente, é desconhecida pela população, que não está habituada a consultas com o farmacêutico prescritor.	Observou-se que a população não possui conhecimento sobre esta atribuição do farmacêutico, fato que se fosse exposto, poderia ajudar a população como um todo, uma vez que o farmacêutico faz parte do sistema de saúde e é o profissional detentor do conhecimento sobre interações medicamentosas e toxicológicas, entre outras.
Atenção farmacêutica nas intoxicações medicamentosas.	VARGAS & JÚNIOR.	2019	Descrever o perfil das intoxicações medicamentosas no Brasil, destacando o papel do farmacêutico na prevenção desse agravo.	Ressaltou que se torna necessário adotar medidas preventivas e educativas, visando reduzir os casos de intoxicação e minimização dessas consequências. Assim, O Farmacêutico tem papel primordial nesse contexto, atuando de forma efetiva nas diversas esferas de atuação, colaborando com práticas educativas, promovendo o uso racional de medicamentos, garantindo, assim, o bem-estar da população.

Plantas medicinais e fitoterapia na atenção básica.	BONFANTE, J. W. et al	2021	Revisar a importância dos fitoterápicos e compreender sua utilização na Atenção Básica.	Notou-se que os fitoterápicos sempre foram utilizados pelo saber popular e tradicional para tratamento de diversas doenças. São opções úteis quanto à prevenção e tratamento, que afetam a população em geral, garantindo a estes, acesso de forma segura, eficaz, de qualidade e de certa forma, integrado a atenção primária à saúde.
Uso Irracional dos medicamentos fitoterápicos: uma revisão da literatura.	MONTE & GOMIDES.	2021	A presente revisão apresentou o uso irracional dos medicamentos fitoterápicos.	Foi mostrado que devido ao mal uso, tornou-se obrigatório que os medicamentos fitoterápicos sejam cobertos em todos os países do mundo por uma estrutura regulatória de medicamentos para garantir que estejam em conformidade com os padrões exigidos de segurança, qualidade e eficácia.

<p>Potencialidade da prática da atenção farmacêutica no uso de fitoterápicos e plantas medicinais.</p>	<p>SOARES et al.</p>	<p>2021</p>	<p>Discutir o papel da profissão farmacêutica na responsabilização para garantir o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos no desenvolvimento da atenção farmacêutica na fitoterapia, com aplicação do processo racional de tomada de decisão em farmacoterapia.</p>	<p>Observou-se que o processo racional de tomada de decisão em farmacoterapia no escopo de uma prática centrada no paciente, como a atenção farmacêutica, permite conectar dados clínicos, experiência subjetiva e a aplicação da saúde baseada em evidências, garantindo assim um uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos. Fazem-se necessários mais estudos envolvendo a prática da atenção farmacêutica na otimização do uso da fitoterapia.</p>
<p>Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional.</p>	<p>PEDROSO; ANDRADE & PIRES.</p>	<p>2021</p>	<p>Relatar sobre o uso seguro e racional das plantas medicinais, importantes para ações de educação e promoção da saúde, de modo a suscitar discussões e trazer subsídios para os profissionais de saúde discutirem o tema fitoterapia.</p>	<p>Evidenciou-se que há a necessidade de ações de extensão por instituições de ensino superior, técnico ou tecnológico, que abranjam a utilização correta, a comprovação de eficácia e da possibilidade de não causar dano ao usuário ou agravar uma determinada condição do indivíduo. Portanto, o uso de uma planta para promover saúde, prevenir ou complementar o tratamento de certas condições ou agravos, não é isento de riscos.</p>

<p>Plantas Medicinais: Como é garantido seu acesso seguro e seu uso racional no sus.</p>	<p>COSTA; ALVES & NARCISO.</p>	<p>2022</p>	<p>Descrever sobre a aplicabilidade das plantas medicinais como uma opção terapêutica e, como é garantido seu acesso e o uso racional no SUS.</p>	<p>Foi visto que a utilização das plantas medicinais e fitoterápicos vem crescendo tanto nas prescrições por profissionais da saúde como a adesão do usuário do SUS. Sendo preciso fortalecer a importância das políticas de uso racional e, intensificar os conhecimentos dos profissionais de saúde para prescrever e orientar o seu uso.</p>
<p>A Automedicação no Brasil e a Atenção Farmacêutica no uso Racional de Medicamentos.</p>	<p>RUIZ.</p>	<p>2022</p>	<p>Compreender a importância da atuação do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos</p>	<p>Pontua-se que a Atenção Farmacêutica é focada diretamente no usuário e não nos medicamentos, nesse sentido, os farmacêuticos desempenham um papel chave no atendimento das necessidades do indivíduo e da sociedade ao conscientizá-los quanto a importância do uso correto dos medicamentos, garantindo a segurança e a eficácia deles.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

De acordo com Castro & Figueiredo (2019), o uso de plantas medicinais é uma prática popular utilizada no Brasil desde antes da colonização, tendo seu uso comprovado através de métodos da ciência moderna passando a ser interessante para a indústria farmacêutica, sendo assim a inclusão das plantas medicinais no SUS e a criação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos têm potencial para gerar transformações no campo da saúde. Em concordância Bonfante et al. (2021), destaca que através do processo de industrialização, esses medicamentos se tornaram padronizados pela ANVISA, permitindo maior segurança em seu uso. A partir de 2006, os fitoterápicos foram incluídos no SUS e na Atenção Básica, de acordo com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), seguindo as recomendações da OMS.

Em seu estudo Costa, Alves & Narciso (2022), destacam que o uso de fitoterápicos deve ocorrer de forma segura e racional, sempre em alerta para as suas consequências, como a intoxicação. Evidenciando a importância das políticas de utilização e do conhecimento dos profissionais de saúde para indicar e orientar o seu uso, garantindo que seja eficiente e fora de riscos. No mesmo sentido, Borges & Sales (2018), ressaltam que as políticas públicas voltadas a fitoterapia estão em fase de expansão em todo Brasil facilitando o acesso da população às plantas medicinais e aos fitoterápicos, suprimindo carências medicamentosas e melhorando a qualidade de vida das comunidades menos favorecidas. Dessa forma a OMS estabelece os meios de controle e vigilância de fitoterápicos, sugerindo a inclusão deles no Sistema Internacional de Vigilância Farmacológica, com foco na prevenção de efeitos adversos e interações relevantes.

Segundo Pedroso, Andrade & Pires (2021), as plantas possuem diversos compostos químicos, podendo ser tanto benéficos quanto representar um possível risco à saúde. Portanto as plantas medicinais, juntamente com seus riscos e benefícios, são discutidas com base em publicações científicas contemporâneas, enfatizando a relevância dos profissionais de saúde como educadores e promotores de saúde para as comunidades. Semelhantemente em seu artigo Montes & Gomides (2021), apontam que a segurança da maioria dos produtos fitoterápicos é ainda mais comprometida pela ausência de informações ao paciente, rotulagem e controle de qualidade inadequados. Tornando-se essencial fornecer ao público em geral, incluindo aos profissionais de saúde, informação adequada para facilitar uma melhor compreensão dos riscos associados à utilização destes produtos.

Concomitantemente Lima, Souza & Oliveira (2019), afirmam que o uso irracional de medicamentos é um problema de saúde pública e se enquadra na Farmácia Clínica, que se refere à área da farmácia voltada à ciência e prática do uso racional de medicamentos, na qual o farmacêutico proporciona cuidado ao paciente, de forma a aperfeiçoar a farmacoterapia,

podendo assim promover saúde e bem-estar além de precaver doenças. Paralelamente Soares et al (2021), alegam que o desenvolvimento da assistência farmacêutica, possibilita uma análise completa da fitoterapia utilizada pelo paciente, levando em consideração sua individualidade, respeitando e compreendendo suas crenças, desejos e experiência com as plantas medicinais. Souza et al (2019), conclui em seu trabalho o crescente uso de fitoterápicos e produtos naturais como opções terapêuticas, está relacionada a diversos fatores, incluindo a insatisfação com o tratamento convencional, efeitos indesejados e a impossibilidade de cura, assim como a venda livre de fitoterápicos está relacionada diretamente à automedicação e à orientação do farmacêutico. O que se assemelha ao relatado por Vargas & Junior (2019), que descrevem o profissional farmacêutico como uma importante ferramenta para processo de educação em saúde voltada às reduções dos agravos oriundos do consumo de medicamentos, de modo a garantir maior segurança durante a farmacoterapia. Tendo em vista a promoção de saúde através de ações conscientizadoras sobre uso racional de medicamentos (URM), proporcionando uma dispensação segura, diminuindo os problemas relacionados aos medicamentos (PRM).

Concomitante o estudo realizado por Marques et al (2019), destacam que para regulamentar as atribuições farmacêuticas foram criadas as RDC'S n° 585, de 29 de agosto de 2013 e n° 586, de 29 de agosto de 2013 pelo CFF as quais falam sobre as especificações para a prescrição, essas medidas foram tomadas para que, além da valorização do profissional, a população obtenha a prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos como primeira opção, com prescritor habilitado e que saberá ajudá-la nas questões de performance da planta medicinal e da melhor forma de utilizá-la. Assemelhando-se com o estudo de Ruiz (2022), que ressalta que a assistência voltada para o uso consciente de medicamentos pode melhorar a saúde das pessoas, sua qualidade de vida e reduzir os problemas causados pelo uso abusivo de medicamentos. Portanto, a Atenção Farmacêutica representa uma prática importante no sistema de saúde brasileiro, pois permite aos pacientes fazerem uso de medicamentos fitoterápicos de forma racional e eficaz.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso irracional de medicamentos é um dos problemas de saúde mais relevantes a nível mundial, com destaque para a situação alarmante no âmbito dos fitoterápicos. Devido ao mau uso, tornou-se obrigatório que os medicamentos fitoterápicos sejam regulados em todos os países do mundo, a fim de garantir que estejam de acordo com os padrões de segurança, qualidade e eficácia exigidos.

A falta de acolhimento e acessibilidade aos serviços de saúde é um problema de grande relevância. Para promover uma abordagem mais racional, é necessário que os profissionais sejam motivados e adotem as diretrizes clínicas rígidas, além de conscientizar o público em geral.

Diante disso, constata-se que é necessário e dever do farmacêutico fornecer orientação para um uso responsável de medicamentos, prestando cuidados especializados à população, com o objetivo de promover a saúde por meio de ações conscientizadoras sobre o URM garantindo uma dispensação segura e diminuindo os PRMs. Sendo assim, para implementar essa prática, é necessário que as ações estejam fundamentadas na interação entre farmacêutico, paciente e medicamento, permitindo o uso de estratégias educacionais, como aconselhamento terapêutico, a prática de assistência, campanhas publicitárias que contribuirão para o uso racional, evitando os efeitos adversos negativos e proporcionando um tratamento adequado e qualidade de vida ao paciente.

7 REFERÊNCIAS

ALENCAR, F.V.R.S.; MEDEIROS, C.S.; BRITTO, M.H.R.M. **O uso de medicamentos fitoterápicos como emagrecedores em uma cidade do Maranhão.** Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 9, n. 2, jan. 2020.

ANDRADE, I.G.C.; ALEXANDRE, L.D.C.; OLIVEIRA, A.F.B.; CARMO, I.F.; BIESKI, I.G.C. **Etnofarmacologia e Etnobotânica de plantas medicinais com ação antiparasitária.** Revista Saúde Viva Multidisciplinar da AJES, v. 1, n. 1, p. 1 - 156, Ago./Dez. 2018.

BADKE, M.R.; SOMAVILLA, C.A.; HEISLER, E.V.; ANDRADE, A.; BUDÓ, M.L.D.; GARLET, T.M.B.; LAUTENSCHLEGER, G. **Saber Popular: o uso de plantas medicinais como forma terapêutica no cuidado à saúde.** Teoria e Prática de Enfermagem: da atenção básica à alta complexidade, Editora Científica Digital. p.189-200, 2021.

BOFANTE, J. W; STEIN, A.C.; DORNELES, N.A.; HAIDER, J.C.M.C.; DAMISSINI, L.; GONÇALVES, J.S.; SPOLTI, E. **Plantas medicinais e fitoterapia na atenção básica.** In: Congresso Nacional de Inovações em Saúde. Porto Alegre, Anais. Doity, p.1-9, 2021.

BONFIM, G. A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE FARMÁCIA NA ATENÇÃO FARMACÊUTICA. **RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2020.

BORGES, F.V. & SALES, M.D.C. Políticas Públicas de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Brasil: Sua História no Sistema de Saúde. **Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, v. 16, n. 1, p. 13-27, janeiro-junho, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. **Farmacovigilância.** Brasília: Ministério da Saúde; 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014.** Publica a “Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado” e a “Lista de produtos tradicionais

fitoterápicos de registro simplificado”. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 48, de 16 de março de 2004.** Dispõe sobre o Registro de Medicamentos Fitoterápicos. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 89, de 16 de março de 2004.** Dispõe sobre o Guia para os Estudos de Toxicidade de Medicamentos Fitoterápicos. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 90, de 16 de março de 2004.** Dispõe sobre a Lista de Registro Simplificado de Fitoterápicos. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Resolução de Diretoria Colegiada – RDC n° 585, de 29 de agosto de 2013.** Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 ago. 2013.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Resolução de Diretoria Colegiada – RDC n° 586, de 29 de agosto de 2013.** Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 658, de 30 de março de 2022.** Dispõe sobre as Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos. Brasília: Diário Oficial da União, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Portaria n° 971 de 03 de maio de 2006.** Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. Departamento de Apoio

Técnico e Educação Permanente. Comissão Assessora de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. **Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. 4a edição. São Paulo: CRF-SP, 2019.

BRITO, J.C.M.; LIMA, W.G., CARDOSO, B.G.; SIMIÃO, D.C.; AMORIM, J.M.; SILVA, C.A. Uso irracional de medicamentos e plantas medicinais contra a covid-19 (SARS-CoV-2): Um problema emergente. **Revista Brasileira de Saúde e Farmácia**, v. 2, n. 3, p. 37-53, 2020.

CAMPOS, B.V.C. **Farmacovigilância de fitoterápicos no Brasil: panorama dos últimos 20 anos e perspectivas**. Trabalho de Conclusão de Curso de Farmácia-Bioquímica – Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CASTRO, M.R. & FIGUEIREDO, F. F. **Saberes tradicionais, biodiversidade, práticas integrativas e complementares: o uso de plantas medicinais no SUS**. Hygeia, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

CAVALCANTE, C.S. & KHOURI, A.G. **Atenção farmacêutica nas intoxicações por automedicação**. Faculdade Estácio de Sá de Goiás-RRS-FESGO, v. 2, n. 1, 2019.

COSTA, D.A. O uso da Fitoterapia e suas implicações. Revista **Brasileira de Revisão de Saúde**. Curitiba, v.4, n.5, p. 19626-19646 sep./oct. 2021.

COSTA, I. L. **A transição da idade média para a idade moderna: uma análise crítica**. Revista Tempo de Conquista, v. 19, n. 1, p. 09-14, 2017.

COSTA, M.R.B.; ALVES, V.F.; NARCISO, S.A. **Plantas Medicinais: Como é garantido seu acesso seguro e seu uso racional no sus**. In: Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar. 2022.

COSTA, N. C.; BARBOSA, J.G.C.; MORAIS, P.H.P.R.; OLIVEIRA, E.G.; BORGES, E.M.A.; GOMES, G.C.; MATA, H.C.; MORAES, F.C.; SOUSA, M.M.F. **Fitoterápicos na atenção primária à saúde: desafios e perspectivas na atuação médica no SUS**.

Revista Fitos. Rio de Janeiro, p.117-121, 2019.

DONADEL, G.; DALMAGRO, M.; OLIVEIRA, J.A.B.; ZARDETO, G.; PINO, M.M.; HOSCHEID, J.; ALBERTON, O.; BELENTTINI, S.T.; JACOMASSI, E.; JÚNIOR, A.G.; LOURENÇO, E.L.B. **Investigações de Segurança de suas formulações para uso vaginal obtidas de Eugenia uniflora L.** Leaves in Female Rats. *Pharmaceuticals*, v. 15, n. 12, p. 1567-1580, 2022.

FRANÇA, E. & VASCONCELLOS, A.G. **Patentes de fitoterápicos no Brasil: uma análise do andamento dos pedidos no período de 1995-2017.** *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 329-359, set./dez. 2018. Acesso em: 22 set. 2023.

FREITAS M. M.; PAIVA, J. A.; CORREA, R.M.; & NORMANDO, V. M. F. **Principais plantas medicinais dispensadas em uma farmácia de manipulação.** *Revista Ciência e Saberes-UniFacema*, 2019.

GHILARDI, T.R. **Relação do uso de plantas medicinais na produção de remédios caseiros com a sustentabilidade: uma revisão.** Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão de Políticas Ambientais), Escola Nacional de Administrações Públicas, 2020.

LIMA, C.M.S. Fitofarmacovigilância em idosos: destaques da Amazônia Brasileira. **Medicina Complementar e Alternativa Baseada em Evidências.** Nova Iorque, Jan - fev, 2019.

LIMA, R.O.; SOUZA, L.H.R.; OLIVEIRA, D.F. Atuação do farmacêutico clínico na diminuição do uso irracional de medicamentos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 04, ed. 06, vol. 01, p. 124-132. Junho de 2019.

MARQUES, P.A.; SIMÃO, T.A.; MORIYA, M.M.; DIAS, G.; ANTUNES, V.M.S.; OLIVEIRA, C.R. Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos. **Brazilian Journal of Natural Sciences**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 15, 11 Jan. 2019.

MATOS, J. F.; PENA, D.A.C.; PARREIRA, M.P.; SANTOS, T.C.; VITAL, W.C. Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Colet.** 76-83. 2018.

MOHIUDDIN, A. Uma breve revisão das plantas tradicionais como fonte de recursos farmacológicos interessantes. **Revista Aberta de Ciência Vegetal**, v. 4, n. 1, p. 1-8, Jan. 2019.

MONTE, L.C. & GOMIDES, R.R. **Uso Irracional dos medicamentos fitoterápicos: uma revisão da literatura.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v. 7, n. 10. out. 2021. ISSN - 2675 – 3375.

MORAES, M.B.; MARQUES, M.S.; SOARES, É.C.S.; DAMASCENA, R.S. (2019). **Perfil da Prescrição de Fitoterápicos em uma Farmácia de Manipulação de Vitória da Conquista-BA.** ID online: Revista de psicologia, p. 76–86, 2019.

PEDROSO, R.S.; ANDRADE, G.; PIRES, R.H. **Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 31, 2021.

PINHEIRO, A.F.S. **Análise crítica da legislação sanitária referente a fitoterápicos no Brasil.** Universidade Cruzeiro do Sul - SP, p. 31, 2021.

RIBEIRO, J.C. **Qualidade de plantas medicinais de uso popular no Brasil: uma visão experimental: roteiro de práticas.** São João da Boa Vista: Editora Universitária UNIFAE, p. 45, 2021.

SCARAVELLI, F.S. **Fitoterápicos.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, p. 192, 2018.

SCHOABA, A.K. **Uso de fitoterapia: Matricaria Recutita e Arnica Montana no Tratamento da dor causadas por inflamação.** Monografia apresentada ao curso de graduação em Farmácia, Ariquemes, v. 7, n. 3, p. 10-34, jan./2018. Disponível em:<http://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/2161/1/USO%20DE%20FITOTERAPIA.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

SILVA, R. Y. A. **Estudo dos efeitos de espécies vegetais da relação nacional de plantas medicinais de interesse ao sus sobre o receptor pxxr.** 79f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas. Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, 2019.

SOARES, A. J. S. et al. **Potencialidades da prática da atenção farmacêutica no uso de fitoterápicos e plantas medicinais.** *Revista de Ciências Farmacêuticas Aplicadas*, [SL], v. 7, n. 2, p. 10-21, 2021.

SOUZA, R. J.; BARBOZA, E. M. S.; CERQUEIRA, T. P. S. Interação medicamentosa e efeitos adversos relacionado ao uso de fitoterápicos. *Revista Integrativa em Inovação Tecnológica nas ciências da saúde. Bahia. Revista Revise Vol. 3*, n, fluxo contínuo, p. 196-201, 2018.

SOUZA, B. W. A.; BARBOSA, D. B. P.; ROSA, J. G. N.; EDUARDO, A. M. de L. e N. A importância da atenção farmacêutica e farmácia clínica no uso racional de medicamentos fitoterápicos. *Revista de Iniciação Científica e Extensão*, [S. l.], v. 2, n. Esp. 1, p. 49, 2019.

SOUZA, L.B. & ANDRADE, L.G. Assistência farmacêutica no uso racional de medicamentos em idosos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v. 7, n. 1, nov. 2021.

REIHANI, H.; GHASSEMI, M.; MAZER-AMIRSHAHI, M.; ALJOHANI, B. POURMAND, A. **Tratamento não baseado em evidências: uma causa não intencional de morbidade e mortalidade relacionadas ao covid-19.** *Am J Emerg Med*. v. 39, p. 221-222, 2021.

RUIZ, A.C. A Automedicação no Brasil e a Atenção Farmacêutica no uso Racional de Medicamentos. *Revista Saúde Mult*. p. 26-33, abr. 2022.

VARGAS, D.A. & JÚNIOR, A.T.T. **Atenção farmacêutica nas intoxicações medicamentosas: Revisão.** 2019.